

# ESTATUTOS

## CAPÍTULO I

### Princípios gerais

#### ARTIGO 1.º

Denominação, âmbito e sede

1. A Associação de Estudantes da Escola Secundária da Maia, adiante designada Associação, é a organização representativa de todos os alunos desta Escola.
2. A Associação tem a sua sede nas instalações da Escola nos termos previstos n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho.

#### ARTIGO 2.º

Princípios

1. A Associação é independente do Estado, dos partidos políticos, de organizações religiosas ou quaisquer outras.
2. A Associação rege-se por princípios democráticos e todo o estudante tem direito de participar na vida associativa, incluindo o de eleger e ser eleito para cargos associativos, nos termos dos presentes Estatutos.
3. A unicidade e representatividade, isto é, os interesses dos alunos só podem ser defendidos por uma associação unitária que represente os interesses coletivos e não os meramente individuais.

#### ARTIGO 3.º

Objetivos da Associação

São objetivos da Associação:

- a) Representar os estudantes e defender os seus interesses;
- b) Promover a formação cívica, cultural, científica e física dos seus membros;
- c) Participar em todas as questões de interesse estudantil, designadamente na definição da política de ensino;
- d) Estabelecer a ligação da Escola e dos seus associados com a realidade socioeconómica e política do País;

- e) Fortificar os laços de solidariedade entre os estudantes da Escola e estabelecer relações e contactos com outras associações e organizações juvenis;
- f) Participar em todas as formas de organização federativas e nacionais instituídas pela prática associativa que contribuam para o reforço da unidade de ação de todos os estudantes do País.

## CAPÍTULO II

### Associados

#### ARTIGO 4.º

Associados efetivos

São associados efetivos da Associação todos os estudantes que se inscrevam com essa qualidade.

#### ARTIGO 5.º

Direitos

São direitos dos associados efetivos:

- a) Usufruir das regalias que a Associação possa proporcionar;
- b) Participar nas atividades da Associação.

#### ARTIGO 6.º

Deveres

São deveres dos associados efetivos:

- a) Respeitar o disposto nestes estatutos;
- b) Participar ativamente nas atividades da Associação;
- c) Contribuir para o prestígio da Associação.

## CAPÍTULO III

### Finanças e património

## **ARTIGO 7.º**

### Receitas e despesas

1. Consideram-se receitas da Associação de Estudantes as seguintes:
  - a) O apoio financeiro concedido pelo Estado, com vista ao desenvolvimento das suas atividades;
  - b) Receitas provenientes das suas atividades;
  - c) Outras receitas que lhe possam ser atribuídas.
2. As despesas da Associação serão efetuadas mediante a movimentação de verbas consignadas no orçamento.

## **ARTIGO 8.º**

### Plano de atividade e orçamento

1. Anualmente, 30 dias após a tomada de posse, a Direção deve apresentar à Assembleia-Geral, conjuntamente, o plano de atividade e o orçamento para o respetivo mandato.
2. Ao longo do mandato, a Direção pode apresentar à Assembleia-Geral propostas de revisão do plano de atividades e do orçamento, que podem entrar em execução após a aprovação.

## **ARTIGO 9.º**

### Autonomia

A Associação goza de autonomia na gestão e administração do seu património.

# **CAPÍTULO IV**

## **Órgãos da Associação**

## **SECÇÃO I**

### Generalidades

## **ARTIGO 10.º**

### Definição

São órgãos da Associação a Assembleia-Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

## **ARTIGO 11.º**

### Mandatos

1. O mandato dos órgãos da Associação é de um ano.

2. As eleições para todos os órgãos realizam-se por sufrágio universal, direto e secreto.

## **SECÇÃO II**

### Assembleia-Geral

## **ARTIGO 12.º**

### Definição

A Assembleia-Geral é o órgão deliberativo da Associação.

## **ARTIGO 13.º**

### Composição

1. Compõem a Assembleia-Geral todos os alunos da Escola.
2. Por questões logísticas, a Assembleia-Geral pode ser convocada em forma de Assembleia de Delegados de Turma.
3. Cada membro tem direito a um voto.

## **ARTIGO 14.º**

### Competências

Compete à Assembleia-Geral, nomeadamente:

- a) Deliberar sobre todos os assuntos respeitantes à Associação;
- b) Eleger a Mesa da Assembleia-Geral, a Direção e o Conselho Fiscal;
- c) Aprovar o plano de atividades e o orçamento, podendo introduzir alterações;
- d) Aprovar o relatório de atividades e contas da Direção.

## **ARTIGO 15.º**

### Mesa da Assembleia-Geral

1. A Mesa da Assembleia-Geral é composta por um Presidente e dois Secretários.
2. A Mesa da Assembleia-Geral tem competência para convocar, dirigir e participar na Assembleia, não tendo, contudo, os seus elementos direito a voto.
3. Compete à Mesa redigir as atas e divulgar as decisões nelas tomadas.
4. Cada membro da Mesa da Assembleia-Geral é pessoalmente responsável pelos seus atos e solidariamente responsável por todas as medidas tomadas e acordos com os restantes membros da Mesa da Assembleia-Geral.
5. A Mesa da Assembleia-Geral fica obrigada a divulgar amplamente a respetiva ata no prazo de 48 horas.

## **ARTIGO 16.º**

### **Funcionamento**

1. A Assembleia-Geral pode ser convocada pela respetiva Mesa, pela Direção ou por convocatória subscrita por 100 alunos da Escola com, pelo menos, cinco dias de antecedência.
2. A Assembleia-Geral só poderá deliberar com mais de metade dos alunos da Escola. Caso não se verifique essa condição, a Mesa decidirá 30 minutos após a hora marcada se o número de presenças é ou não suficiente para o quórum.
3. As decisões da Assembleia-Geral são tomadas por maioria absoluta, à exceção da alteração dos Estatutos e demissão da Direção, que terão de conseguir uma maioria qualificada de dois terços.
4. As deliberações que se refiram a pessoas serão tomadas por voto secreto.

## **SECÇÃO III**

### **Direção**

## **ARTIGO 17.º**

### **Composição**

A Direção é composta por nove elementos:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro;
- e) Vogal (5 elementos).

## **ARTIGO 18.º**

### **Competências**

Sendo a Direção o órgão executivo da Associação, compete-lhe:

- a) Cumprir e fazer cumprir estes Estatutos;
- b) Administrar o património da Associação e manter uma adequada organização contabilística;
- c) Coordenar e orientar o trabalho da Associação;
- d) Dar cumprimento às deliberações da Assembleia-Geral;
- e) Apresentar à Assembleia-Geral e ao Conselho Fiscal o plano de atividades, o orçamento e o relatório de atividades;

- f) Assegurar e impulsionar a atividade tendente à processação dos objetivos da Associação e exercer as demais competências previstas na Lei ou decorrentes da aplicação destes Estatutos ou de Regulamento Internos;
- g) Representar legalmente a Associação em todos os atos e instâncias em que haja que intervir;
- h) Elaborar o seu próprio Regulamento Internos e distribuir internamente diferentes competências

## **ARTIGO 19.º**

### **Responsabilidades**

Cada membro da Direção é pessoalmente responsável pelos seus atos e solidariamente responsável por todas as medidas tomadas de acordo com os restantes membros da Direção.

## **SECÇÃO IV**

### **Conselho Fiscal**

## **ARTIGO 20.º**

### **Composição**

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

## **ARTIGO 21.º**

### **Competências**

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar a administração realizada pela Direção;
- b) Dar parecer fundamentado sobre o plano de atividades, orçamento e relatório de contas apresentados pela Direção;
- c) Assegurar todas as demais competências que lhe sejam atribuídas por Lei, ou decorrentes da aplicação dos Estatutos ou Regulamentos Internos.

## **ARTIGO 22.º**

### **Responsabilidades**

1. Ao Conselho Fiscal é aplicável o disposto no artigo 19.º
2. O Conselho Fiscal reunirá sempre que necessário, por convocação do Presidente.

## **CAPÍTULO V**

### **Eleições**

#### **ARTIGO 23.º**

##### **Elegibilidade**

São elegíveis para os órgãos da Associação os associados, nos termos dos presentes Estatutos.

#### **ARTIGO 24.º**

##### **Regulamento Eleitoral**

1. O Regulamento Eleitoral é aprovado pela Assembleia-Geral e é o documento que rege todo o processo eleitoral da Associação.
2. O Regulamento Eleitoral define:
  - a) Os critérios de elegibilidade e a forma de apresentação das candidaturas;
  - b) A forma de funcionamento da Campanha e do período de reflexão;
  - c) A forma de funcionamento do Debate Eleitoral;
  - d) A forma de funcionamento das Mesas de Voto e do Apuramento de Votos;
  - e) O regime das ilicitudes e incumprimentos eleitorais.

#### **ARTIGO 25.º**

##### **Comissão Eleitoral**

1. A Comissão Eleitoral (CE) é o órgão encarregado de presidir e fiscalizar, em primeira instância, todo o processo eleitoral, guiando-se por critérios de imparcialidade, responsabilidade e isenção.
2. A CE é composta por um Presidente e três Vogais, independentes.

#### **ARTIGO 26.º**

##### **Competências da CE**

Compete à CE:

- a) Coordenar o Processo Eleitoral da AE;
- b) Redigir e aprovar o Calendário Eleitoral;
- c) Admitir ao Processo Eleitoral as listas candidatas;
- d) Propor ao Diretor do Agrupamento de Escolas da Maia a exoneração de listas candidatas do Processo Eleitoral;

- e) Coordenar o processo de campanha;
- f) Presidir à(s) Mesa(s) de Voto e à contagem do sufrágio;
- g) Decidir sobre eventuais ilicitudes e irregularidades, em coordenação com o Diretor do Agrupamento.

#### **ARTIGO 27.º**

##### **Método de eleição**

1. Vence, para a totalidade dos Órgãos Sociais, a lista candidata que obtiver a maioria absoluta dos votos considerados válidos.
2. Caso não se verifique o disposto no número anterior, deverá ser realizada, no prazo de 72 horas úteis, uma segunda volta eleitoral, entre as duas listas candidatas mais votadas na primeira volta.

#### **ARTIGO 28.º**

##### **Impugnações**

1. As listas candidatas ou qualquer outro associado da AE poderá reclamar, de forma fundamentada, a validade do Ato Eleitoral, junto da Comissão Eleitoral, no primeiro dia útil subsequente à divulgação dos resultados.
2. A Comissão Eleitoral deverá reunir de urgência e decidir sobre a impugnação, em conjunto com o Diretor do Agrupamento.

#### **ARTIGO 29.º**

##### **Tomada de posse**

O Presidente da Comissão Eleitoral empossará os Membros eleitos no prazo máximo de 5 dias úteis após as eleições, em sessão pública, sendo lavrada ata da tomada de posse, assinada pelos membros eleitos e por todos os membros da Comissão Eleitoral.

## **CAPÍTULO VI**

### **Disposições Finais**

#### **ARTIGO 30.º**

##### **Revisão**

As deliberações sobre alterações a estes Estatutos estão sujeitas ao mesmo regime estabelecido para a aprovação dos mesmos.

### **ARTIGO 31.º**

#### Dissolução

1. A Associação pode ser extinta por decisão da Assembleia-Geral, tomada por maioria qualificada de três quartos da totalidade dos seus membros.
2. Em caso de extinção os seus bens ficarão sujeitos ao disposto no Código Civil.

### **ARTIGO 32.º**

#### Casos omissos

Os casos omissos serão decididos pela Assembleia-Geral, com recurso à Lei geral.